

# APONTAMENTOS SOBRE O PAPEL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A COMPREENSÃO DA CRISE AMBIENTAL

FRANCISCO HÉLIO MONTEIRO JÚNIOR<sup>98</sup>

**Resumo:** O presente artigo faz uma discussão bibliográfica com o objetivo de traçar aportes analíticos para a compreensão da denominada crise ambiental. Discute a relação entre crise ambiental e crise epistemológica, que sinaliza para a necessidade da criação de novos conceitos para a compreensão das mudanças sociais e culturais inseridas no contexto da pós-modernidade. O paradigma socioambiental emerge, portanto, como alternativa ao paradigma tecnicista do crescimento econômico pautado na oposição homem x natureza, ressaltando a crise ambiental como crise de uma ordem social, política e econômica desigual, excludente, antidemocrática e violadora dos Direitos Humanos.

---

**Palavras-chave:** *Crise Ambiental. Modernidade. Pós-modernidade. Paradigma Socioambiental.*

## CRISE AMBIENTAL E CRISE EPISTEMOLÓGICA

Autores como Reis (1999), Giddens (2001) e Santos (2009) vêm alertando àqueles que pensam e fazem as ciências sociais para a abrangência e relevância das interpretações sociológicas e antropológicas para compreender as recentes transformações que sinalizam a passagem da modernidade para uma era “pós-moderna”. Certamente o que mais demarca essa passagem é a noção de crise. Crise nos costumes, crise política, crise social, crise científica, crise epistemológica e crise ambiental. A família se reconfigura e com ela o direito de família que se vê obrigado a lidar com os desafios de legislar sobre a união e a adoção homoafetiva; o sistema democrático se depara com o problema exacerbado das desigualdades sociais e econômicas, a violação dos Direitos Humanos, a resistência a ratificar os pactos internacionais dos direitos econômicos sociais e culturais, e a falência de um projeto iluminista de igualdade e liberdade que nunca se efetivou, excluindo-se as elites políticas e econômicas, maiores beneficiárias do ideário do “progresso”; o sistema representativo vê-se regido pelas bancadas de grupos econômicos enquanto a sociedade civil organizada pensa estratégias de ação substituta

---

<sup>98</sup> Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da FUNCAP – Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Cidades da Região Norte do Estado do Ceará (GEPECCE - UVA). Professor de Direito e Desenvolvimento Social da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: heliomonteirojr@yahoo.com.br

dos movimentos sociais urbanos; o conhecimento científico, por sua vez, vê-se atropelado, ora pela dinâmica produtivista encarnada pelo currículo *Lattes*, ora pelas disputas entre os departamentos em torno da supremacia de um modelo metodológico analítico e explicativo; e, para completar o quadro, o imperativo da questão ambiental objetivada nas enchentes, na subnutrição, no aquecimento global, na poluição, na contaminação das águas e do solo, na utilização predatória dos recursos naturais, entre outros problemas, que desafiam a ciência e sua crença na racionalidade pautada na oposição entre natureza e cultura como estratégia de domesticação da primeira.

De fato, ao compartilhar das teses que defendem a divisão entre natureza e cultura como proposta política de um projeto “modernista” (LATOURE, 1994; LEFF, 2006; BECK, 2010) que envolve a dimensão cultural, econômica e política da vida social, cabe investigar quais vias analíticas e categorias do pensamento sociológico clássico e contemporâneo são adequadas para pensar a crise ambiental como fenômeno que articula uma ordem macroeconômica e outra ordem que envolve a organização da vida pública e privada. Portanto, se os esforços épicos em construir interpretações de caráter universalista estão *démodé* (REIS, 1999, p. 6), por outro lado, as etnografias que procuram compreender a diversidade de relações forjadas em contextos particulares entre o homem e a natureza não devem prescindir das grandes sínteses analíticas sob pena de minimizar os impactos das transformações técnico-científicas que reorientam a percepção de tempo e espaço e o poder descentralizado e fragmentado das corporações financeiras que encontram resistências locais de grupos ambientalistas.

Anthony Giddens (1991, p. 17) faz uma excelente provocação ao afirmar que as questões ecológicas nunca tiveram um lugar central na agenda dos pensadores clássicos da sociologia. Em parte verdadeira, já que não encontramos um debate ecológico propriamente sistemático em Karl Max, Émile Durkheim e Max Weber, a provocação não minimiza suas interpretações e vias analíticas forjadas para compreender as mudanças estruturais e culturais vivenciadas pela sociedade europeia com a derrocada do *ancien régime* e a emergência da sociedade burguesa capitalista. As suas sínteses continuam válidas e constituem um arcabouço analítico para compreender a relação do “homem moderno” com a natureza.

Foster (2005, p. 23) sublinha que, equivocadamente, algumas posturas intelectuais impuseram barreiras para balizar adequadamente as contribuições de Karl Marx para compreender a relação do homem com a natureza na sociedade capitalista e industrial. Em seu trabalho *A ecologia de Marx: materialismo e natureza* (2005), o autor expõe seu objetivo de detalhar essa contribuição, ao focar a noção de alienação do trabalho humano como alienação dos homens em relação à natureza.

Hannigan (2009), por sua vez, também afirma que as contribuições dos três maiores clássicos da sociologia encontram-se implícitas quando o tema é a questão ambiental. Tratando do legado teórico de Durkheim, o autor debate as implicações de seu esforço em compreender os fundamentos

de uma divisão social do trabalho que conforma a solidariedade orgânica entre os indivíduos, em contraposição à solidariedade mecânica presente nas sociedades “tradicionais”. Nas sociedades industrializadas, os indivíduos desenvolvem progressivamente funções cada vez mais especializadas em virtude do crescimento da população e de sua migração para as cidades. A divisão entre campo e cidade se consolida como divisão espacial e temporal do trabalho social, que distancia o homem da natureza, somado ao desenvolvimento na tecnologia dos transportes e das comunicações. Dessa forma, consolida-se uma estrutura social diversa que é determinada pelo tamanho de sua população, distribuição em um território e seus meios de comunicação (COLLINS, 2009).

Weber destaca o papel da racionalização como elemento que define a modernidade como domínio da natureza e secularização do mundo. Hannigan (2009, p. 23-24) chama atenção para os dois conceitos weberianos que melhor contribuem para a análise do projeto modernista. São eles: *racionalização formal* e *racionalidade intelectual*. O primeiro se refere ao conhecimento técnico e científico que orienta as condutas racionais e seu grau de eficiência no controle dos fenômenos naturais e na sua utilização calculada (vale dizer, segundo os interesses econômicos) na produção de manufaturas. O segundo conceito abrange a relação entre ciência, tecnologia e risco. A saber, o monopólio dos saberes técnicos do mundo moderno nas mãos de especialistas que conduzem as nossas vidas a partir de suas manipulações dos recursos naturais e do aparente domínio dos fenômenos naturais que, não raramente, se revelam em reais emergências ambientais.

Pensando nesses três autores e em seus conceitos, deparamo-nos urgentemente com o desafio de seguir pelas clareiras abertas por eles, avançando no emaranhado de problemas sociais e ambientais contemporâneos que, apesar de serem decorrentes do projeto modernista referido, carecem de uma reflexão científica que epistemologicamente seja herdeira das tradições teóricas anteriores e capaz de forjar novos conceitos e análises que sinalizem para uma produção sociológica consistente, desafiadora e esclarecedora.

Nessa direção pode-se destacar a obra de Boaventura de Sousa Santos e sua proposta de pensar uma *sociologia das emergências* como alternativa a uma *sociologia das ausências*. Santos (2009; 2010) problematiza a tradição científica positivista e universalista destacando o contexto político colonialista em que nasce a ciência ocidental moderna, dividindo os saberes que são verdadeiros, posto que racionais, de um lado, e os falsos saberes de outro lado. O curioso é que essa divisão é pensada, articulada e posta em prática pelos representantes legítimos do saber moderno que se encontram do lado de cá da linha. A construção dessa fronteira epistemológica que institui o pensamento científico ocidental abismal também institui a oposição entre o moderno e o tradicional. Tal estratégia demarca o predomínio de uma epistemologia totalitária que se impõe como legítima, diante dos saberes não-ocidentais “irracionais”.

Essa estratégia produz cinco ausências<sup>99</sup>. A que nos interessa é aquela que é produto da monocultura do saber e do rigor. A crença positivista numa ciência neutra que, descobrindo as leis naturais e sociais, traria ordem e paz social ao mundo capitalista industrializado desqualificou os saberes indígenas e subalternos que sustentavam outras formas de relação com a natureza. Os recursos metodológicos comparativos e classificatórios servem mais à construção de hierarquias entre os saberes científico, mitológico, religioso e demais saberes, do que à compreensão das complexas operações envolvidas na elaboração de cada um deles. Ou seja, de tanto formular “defeitos” na maneira de pensar do outro não-ocidental, a ciência moderna acabou por ignorar as consequências negativas de seu projeto de submeter a natureza ao seu domínio. Nessa relação entre conhecimento e ignorância todos saímos perdendo.

Por outro lado, a ciência como um modo de conceber o mundo tem seu lugar e sua importância. Voltando aos três autores clássicos da sociologia, cada um, à sua maneira, destacou a importância das conquistas humanas que sem a elaboração de um pensamento científico não seriam possíveis. Marx enfatizou a importância histórica dos avanços técnico-científicos empreendidos exclusivamente pela classe burguesa na transformação das forças produtivas “arcaicas” em um conjunto de máquinas e ferramentas que liberta o homem de sua condição servil, premissa indispensável para efetivar-se uma sociedade sem classes com a posse coletiva dos meios de produção; Durkheim problematizou o papel do Direito, produto do pensamento racional, que tem como papel regular as ações e funções dos indivíduos nas sociedades modernas; Weber, por sua vez, destacou o papel da burocracia como produto do pensamento racional da sociedade ocidental para a organização da vida pública e privada do indivíduo.

O que deve ser criticado e repudiado é o monopólio exercido por um tipo de ciência que se atribui o direito legítimo de dar sentido ao mundo. Santos (2010) propõe uma *ecologia dos saberes* que se baseia em uma *epistemologia do sul* que valoriza o diálogo horizontal entre os diversos conhecimentos (diversidade epistemológica) concorrentes na tarefa de construir sentidos e tonar o mundo contemporâneo mais inteligível; denuncia as estratégias de dominação levadas a cabo pelo pensamento científico dominante, e não corrobora com as hierarquias abstratas entre os saberes. O que existe de fato são pontos de vistas que devem ser confrontados objetivando uma tradução intercultural dos modos de ver e pensar a relação do homem com o mundo.

Nesse sentido, a ecologia dos saberes pode contribuir para forjar outra racionalidade que favoreça práticas emancipatórias na medida em que compartilhem das cosmologias dos grupos indígenas e dos

<sup>99</sup> As outras ausências são produtos da monocultura das classificações sociais, do tempo linear, das escalas dominantes do universal e global e da produtividade capitalista formando um conjunto de ausências que se revelam na construção da “inferioridade” de grupos sociais, no seu atraso, na resolução de seus problemas “locais” e na sua produtividade improdutiva não conformada às leis do capital. (SANTOS, 2007).

saberes ecológicos de quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais. A promoção da justiça social passa, sobretudo, pela relação que o indivíduo, o grupo, a sociedade como um todo, constrói com a natureza, usufruindo dos seus recursos naturais renováveis e não-renováveis. A sustentabilidade como um caminho para essa promoção corre risco de fracassar se não articular as diversas epistemologias com participação política efetiva, garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais e construção de políticas públicas ambientais que incluam em suas agendas e programas políticos os problemas de acesso a moradia, saneamento básico, lixo urbano, entre outros.

## A EMERGÊNCIA DO PARADIGMA SOCIOAMBIENTAL: ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

Acima chamamos atenção para os problemas encontrados pela teoria social contemporânea para forjar um arcabouço teórico-metodológico que iluminasse as diversas crises que configuram a passagem da era moderna para uma nova era pós-moderna. Mas o que é a modernidade? O que a caracteriza? Onde e como teve início? Quem foram os primeiros modernistas? O que pensavam? O que faziam? Como viviam? A estas questões juntam-se outras, igualmente complexas: estaria a modernidade cedendo lugar a uma pós-modernidade? O que é ser pós-moderno? Como é viver na pós-modernidade? Ser pós-moderno é ser antimoderno? Ou é ser exageradamente moderno?

Essas e tantas outras questões são postas quando se trata de compreender as transformações que ocorreram, de forma não homogênea, nos últimos dois séculos. Apesar dos diversos problemas que elas levantam, servem-nos como direção para adentrarmos na floresta de signos que as constituíram. A contar da derrocada da sociedade feudal e da consolidação do poder econômico e político da burguesia comercial e, posteriormente, industrial, muita água — poluída, é importante ressaltar — passou debaixo da ponte do rio Irk<sup>100</sup>. A desagregação das relações comunitárias que ordenavam as transações de compra e venda dá lugar à organização fabril, em ritmo que se opõe de maneira radical ao desenrolar das atividades empreendidas pelos artesãos que tanto padeceram com as novas formas de trabalho. Aliás, ritmo acelerado é o que marca de maneira indelével a modernidade e os modernos. Eles possuem uma percepção de tempo linear, rumo ao progresso técnico-científico, que se contrapõe

<sup>100</sup> Referência a uma passagem do livro de Engels (1985, p. 62), em que o autor disserta sobre as condições socioambientais das cidades nos primórdios da revolução industrial: “Em baixo [da ponte] corre, ou antes, estagna o Irk, delgado curso de água, escuro como o breu e de cheiro nauseabundo, cheio de imundícies e de detritos que deposita na margem direita que é a mais baixa; com tempo seco subsistem nesta margem toda uma série de charcos lamacentos, fétidos, de um verde escuro, do fundo dos quais sobem bolhas de gás mefítico emanando um cheiro que, mesmo do alto da ponte, 12 a 15 metros acima da água, é insuportável [...] Acima da ponte vêem-se (sic) grandes curtumes, mais longe ainda tinturarias, fábricas de artigos de osso e fábricas de gás cujas águas usadas e detritos vão todos parar no Irk que, além disso, recolhe o conteúdo dos esgotos e dos banheiros que nele desembocam.”

ao tempo cíclico demarcador da relação estreita que os indivíduos estabeleciam com o tempo ditado pelos ciclos agrícolas, festivos e cerimoniais.

David Harvey procura elucidar o problema definindo “o modernismo [como] uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização” (Harvey, 1992, p. 97). Mas permanece a incerteza: que processo é este? Em que ele consiste? Com efeito, o processo de modernização se confunde com o processo de transformação do trabalho ocorrido no mundo ocidental nos últimos três séculos. A venda da força de trabalho, o que restou ao artesão destituído de qualquer possibilidade de concorrer com a produção fabril em larga escala, distancia-o da natureza na medida em que institui um trabalho alienante, calcado na divisão do trabalho que engendra outra solidariedade, orgânica, que é produzida pelas relações complementares que os indivíduos estabelecem a partir da função que ocupam na sociedade industrial. O indivíduo moderno encontra-se, portanto, submetido ao poder dos detentores dos meios de produção e à lei do capital.

De fato, na modernidade, os indivíduos creem não estar sujeitos às leis da natureza. Essas são dominadas pela ciência, condição para a reprodução da vida pautada pela racionalidade e racionalização das relações sociais. O que está em jogo é a formação de uma nova ordem, racional e submetida ao controle humano. Controla-se o tempo de trabalho, o tempo de lazer, o tempo de comer, o tempo de descansar, o tempo de plantar e o tempo de colher. Submetem-se as leis naturais às leis sociais da cultura. A crença nessa sobreposição, ou melhor, na transcendência das leis sociais, orienta o homem moderno em suas ações.

Segundo Latour (1994, p. 15), o adjetivo moderno que assinala um novo regime societário marcado pela ruptura, aceleração e revolução do tempo é assimétrico porque assinala uma ruptura temporal e um combate no qual há vencedores e vencidos. Nesse caso, os vencidos são os não-humanos, homens híbridos, mescla de selvagem e primitivo, naturais. Os vencedores são aqueles que assimetricamente se elegem e se autodenominam como modernos por meio de um processo de purificação (práticas) que nos fragmenta e nos distancia dos “outros” e da natureza. Paradoxalmente, a modernidade também pode ser interpretada como a era da ambivalência, da ambiguidade e da equivocidade. Se concordarmos com Bauman (2008, p. 79), crendo que a modernidade derreteu tudo que era sólido (costumes e tradições) e profanou tudo o que era sagrado (natureza), provocando uma era de incertezas e ambivalência, pode-se endossar a dúvida de Latour quanto à nossa pretensão de sermos modernos. Seria o projeto da modernidade caracterizado, dessa forma, pela incerteza de sua feitura.

A conquista do novo mundo, fato que precede a Revolução Francesa e Industrial, nem por isso deve ser menosprezada quando o objetivo é compreender a modernidade. O encontro entre o europeu e o ameríndio engendrou um choque civilizacional que certamente significa a ampliação da experiência humana em uma escala temporal e espacial dantes não navegada. Com a empresa

colonial irromperam diversas temporalidades e espacialidades que foram dando forma, cheiro e cor ao mundo moderno. A inclusão das sociedades indígenas em uma história ocidental letrada e estatal demonstra como foi importante aquele acontecimento para impulsionar, a partir da formação de alicerces políticos, econômicos e sociais, o projeto modernista universalista, que conformava uma ação política de domínio e exploração das riquezas naturais dos territórios conquistados em conjunto com um corte epistemológico entre o saber nativo e o saber ocidental racional. Contudo, vale a pena lembrar que esse projeto não está absolutamente assentado em cortes tão assimétricos que não seja possível ressaltar as interações entre o homem moderno e o homem “tradicional”, o campo e a cidade, o rural e o urbano.

A supremacia impositiva da filosofia ocidental e de seu pensamento racional negou as formas de pensar e agir dos grupos “tradicionalistas”, que valorizavam e continuam valorizando a natureza a partir de práticas não perdulárias. Enquanto isso, a corrida rumo ao progresso transformou a natureza, ou que restou dela, em um artífice domesticado e controlado pelas forças racionais. De fato, existiram vozes dissonantes que chamaram atenção para as implicações negativas desse desejo de controlá-la e subjugar-la a qualquer custo. Contudo, somente em um horizonte mais próximo é que as consequências se tornaram uma presença assustadora e passaram a visitar o cotidiano da sociedade de risco.

Na transição, passagem ou reorientação dos rumos da modernidade para a pós-modernidade, eis que são diversos os fantasmas a serem exorcizados. O autoritarismo, a intolerância, o etnocentrismo, os nacionalismos, o conservadorismo, o preconceito, o cientificismo, o tecnicismo e o progresso do urbanismo haussmanniano são postos em xeque na medida em que emerge, com o pós-modernismo, uma crise que demarca, senão a falência do modernismo, ao menos uma reorientação de suas bases fundantes. Passa-se então a pensar sobre o lugar dos regimes nazifascistas na modernidade, que se pauta na liberdade, igualdade e fraternidade; sobre os processos de subjetivação, que envolvem a afirmação das diferenças de gênero e etnia responsáveis por desestruturar a formação imperativa de identidades fixas e essencialistas impostas pelos Estados-nação, e que contribuem para a disseminação do preconceito; sobre o reconhecimento de uma iminente crise dos recursos naturais não renováveis que garantem a produção capitalista manufatureira e sua distribuição entre o campo e a cidade, e das relações sociais desiguais que implicam no acesso desigual aos bens naturais como água e terra para plantar, o reconhecimento de discursividades e identidades híbridas que agenciam saberes diversos, heterogêneos e resistentes, uma leve e pesada dúvida em relação à univocidade e abrangência do processo civilizador e, por fim, ou finalmente, a necessidade de construir novas abordagens teóricas que privilegiem a heterogeneidade e a diferença. Concordando com Harvey (1992, p. 19) que diz que “a fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) ‘totalizantes’ são o marco do pensamento pós-moderno”, como forjar vias

analíticas de interpretação da crise ambiental, que é, sobretudo, uma crise social e do seu modo de organização?

O paradigma socioambiental retoma os impasses de uma perspectiva dialética, holística e fenomenológica diante do mundo ao afirmar a cadeia de interdependência em que se encontra a ação humana e a natureza humanizada. Uma de suas teses defende que as ações humanas em pequena e estreita dimensão podem acarretar transformações em grande e larga escala na relação e manutenção de equilíbrio entre o homem e a natureza. As ações humanas são encaradas, dessa forma, como sustentáculos e forças que convergem para a manutenção e reprodução de um *habitat*. Os ciclos ecológicos e climáticos não são exclusivamente pertencentes à ordem do natural porque passam a constituir uma realidade de múltiplas variáveis. Para compreendê-la, portanto, o cientista social deveria estar munido de sua bagagem teórica disciplinar, com a intenção de superar a aparente fragmentação em que o mundo pós-moderno se apresenta, procurando analisar os fatos sociais como variáveis que constituem o mundo natural e a natureza como uma realidade que se constitui imanente ao homem. Até aqui a natureza vem sendo tratada como uma realidade exterior, que transcende ao homem, constituindo-se em uma força ora misteriosa, ora perigosa, ora domesticada. Divergindo dessa perspectiva, seria conveniente tratar a crise ambiental como uma crise imanente ao homem? Se assim for, o paradigma socioambiental que emerge na década de 1970 valoriza a relação como caminho para compreender a constituição da crise ambiental como a crise de uma identidade humana que não superou o horizonte do antropocentrismo como experiência da alteridade.

Finalmente, quanto mais nos distanciamos ou queremos nos distanciar da natureza, mais os impasses dessa jornada ocidental se fazem presentes. A própria incerteza que cerca a experiência moderna e pós-moderna, quando se trata de defini-la, é devida ao reconhecimento da diversidade e da abrangência das ações humanas que, ao longo dos anos, vem assumindo diversas cores e feições. O capitalismo, sistema econômico-predominante-imperativo alicerçado na mais-valia, vê-se confrontado com a economia solidária que se reconfigura constantemente, fomentando tempos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável<sup>101</sup>.

A arquitetura expande-se e recria novas formas de habitação, mais sustentáveis a partir dos excessos do sistema-mundo. A arte toma a mesma direção e nas periferias da *grant-art* a reciclagem

101 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são expressões que ainda dividem os pesquisadores. Quando o adjetivo sustentável emerge no vocabulário das Nações Unidas, em 1979, é empregado para compatibilizar o crescimento econômico, calculado por meio do PIB, com a conservação dos ecossistemas. Mas como expandir o crescimento sem destruir os ecossistemas e sem desrespeitar os direitos humanos? Desde então o adjetivo e o substantivo que aparecem em cena são usados indiscriminadamente até que novos conceitos distingam crescimento e desenvolvimento. Desenvolver não significa exclusivamente almejar o crescimento econômico, se este não for direcionado para ampliação de uma receita pública revertida em políticas de educação, saúde e planejamento familiar, que garantam os direitos sociais, coletivos e difusos referentes ao meio ambiente e aos direitos humanos (VEIGA, 2007).

assume formas diversas, inusitadas e impressionantes, levando às últimas consequências a bricolagem, o *patchwork*. A constituição das identidades não identitárias valoriza a diferença e não se sujeita à rigidez e à fixidez. Entre as tribos urbanas é interessante notar a presença da culinária vegetariana e suas respectivas filosofias, que servem como elemento de diferenciação. O que falar dos permacultores que procuram difundir a permacultura<sup>102</sup> que tem como objetivo construir outra relação do homem com a terra, pautada pela interação, mínima intervenção do homem no ambiente e mínimo gasto de energia? Seus educadores procuram, em parceria com as comunidades locais, formar um sistema que tem como princípios o *cuidado com o planeta terra*, o *cuidado com as pessoas*, *distribuição dos excedentes* e *limites ao consumo* – princípios éticos. Temos aí um caminho para pensarmos alternativas menos antropocêntricas.

## MISTURANDO AS TINTAS: CULTURA E NATUREZA/NATUREZA E CULTURA

Propomo-nos a estabelecer, nas linhas que se seguem, um diálogo com os Estudos Culturais (*Culture Studies*) e a teoria pós-colonial, com a intenção de encontrar um caminho de análise convergente com a *ecologia dos saberes* proposta por Boaventura de Sousa Santos para pensar a crise ambiental no contexto de novas relações de alteridade que se descortinam na pós-modernidade (ou seria modernidade tardia?).

Ironicamente, no momento em que o debate acerca dos limites e das arbitrariedades do pensamento racional ocidental torna-se tema obrigatório da cena científica, reaparece o discurso de caráter determinista da sociobiologia, que procura explicações causais tanto para o comportamento dos animais como para o comportamento humano a partir do pressuposto que eleva os genes única e exclusivamente à categoria explicativa. A neurociência, por um lado, avança em suas pesquisas elucidativas dos enigmas que cercam os impulsos elétricos que mecanicamente condicionam as atividades humanas, por outro, coloca em xeque o lugar exclusivo que o homem ocupava no panteão da “racionalidade sensível”. Pesquisadores de instituições renomadas, como MIT e Instituto Max Planck, assinaram um manifesto<sup>103</sup> no corrente ano, em que afirmam que aves e mamíferos possuem consciência, além de sensações de dor e alegria.

102 A permacultura surgiu em meados dos anos 1970, na Austrália, por meio da iniciativa de Bill Mollison de desenvolver um sistema que fosse tão bom quanto os sistemas da vida agrícola e silvestre que foram observados pelo ex-professor universitário por mais de trinta anos. A palavra tem origem inglesa, *permaculture* (Permanent Culture), quer dizer cultura permanente. Por sua vez, permacultores são indivíduos iniciados na prática permacultural que, por meio de um curso de PDC (*permaculture design course*), aprendem e trocam experiências sobre o manejo da terra, cultivo, produção de alimentos, captação e armazenamento de água, etc. Cf. MOLLISON, Bill & HOLMGREN, David. *Permacultura um: uma agricultura permanente nas comunidades em geral*. Rio de Janeiro: Editora Ground, 1983.

103 O manifesto encontra-se disponível na íntegra em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>

Diante desse debate, como posicionar as Ciências Sociais? Como dialogar com a diversidade de interpretações que surgem mais como efeito do momento singular em que vivemos do que em resposta coerente à questão que há bastante tempo intriga a ciência, a saber, a relação homem-natureza? Quando se fala, ou melhor, tenta-se falar, em pontuar as nuances que demarcam nosso tempo, devem-se considerar os marcos teóricos dos estudos culturais e do pós-colonialismo que reorientam o debate, destacando o lugar de onde se fala e quem fala. Portanto, é necessário pensar (em) um lugar fronteiro, ambivalente, prenhe de negociações identitárias e — por que não dizer? — lugar onde a fronteira entre homem e natureza possa ser reconfigurada, quiçá diluída, formando um único e complexo organismo.

Essa perspectiva analítica é endossada por um grupo de autores que vem elaborando uma crítica que se convencionou chamar de Estudos Pós-Coloniais. O grupo atuou inicialmente nas principais universidades americanas e europeias e possui, dentre seus principais nomes, Gayatri Spivak, Hommi Bhabha, Edward Said, Aijaz Ahmad, entre outros. A preocupação desses teóricos está centrada na problemática do silenciamento e da representação. Ou seja, o interesse em debater a capacidade do subalterno, enquanto indivíduo, grupo e/ou nação que tem a sua fala apoderada ou silenciada pelo outro, de se representar e de se subjetivar autonomamente.

Um exemplo disso pode ser o livro de Edward Said, *Orientalismo*. Nesse livro, Said procura mostrar, e o faz com argumentos preciosos e provas consistentes, como a imagem construída por artistas, políticos e intelectuais do Ocidente durante décadas sobre o que é ser “oriental” é, no mínimo, equivocada e tragicamente encarada como uma verdade absoluta. As consequências desse tipo de leitura são várias. Constroem tipos sociais estereotipados ou ainda justificam intervenções políticas e culturais. Para contrariar essa leitura e gerar um desconforto no olhar dominante do *outro* Ocidental, que falava e afirmava quem era o homem e mulher orientais, o oprimido e o colonizado, Said, migrante palestino, volta seu olhar arguto para os oprimidos e minorias do mundo, reivindicando com eles e com elas o direito deles e delas poderem livremente narrar e escrever as suas experiências de insurreição, suas memórias, suas tradições, incluindo suas práticas culturais e suas histórias.

Esse deslocamento proposto por Said tem uma importância metodológica e política. Primeiramente, suscita uma releitura dos textos clássicos das ciências sociais, visando problematizar como antropólogos e sociólogos de tradição funcionalista, estruturalista ou culturalista trataram a relação do indivíduo com seu ambiente. Segundo, destaca as relações entre as chamadas sociedades “tradicionais” formadas pelas etnias indígenas, pescadores, extrativistas e quilombolas e a natureza no contexto da globalização capitalista e crise ambiental e, por último, discute as iniciativas de grupos sociais específicos inseridos no contexto da crise ambiental que reorientam a relação do homem com ambiente a partir de práticas mais sustentáveis.

Como exemplo do primeiro deslocamento, ressaltamos dois textos clássicos que são um artigo intitulado *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós: estudo de morfologia social*, no

qual os esquimós foram detalhadamente descritos por Marcel Mauss, (2003 [1906]) e o livro *Os Nuer* de E. E. Evans-Pritchard (2005), publicado originalmente em 1940. Nota-se um interesse dos autores em descrever o modo de vida desses grupos sociais e suas instituições políticas conformadas pelo movimento antagonico dos fenômenos naturais da seca e da enchente, do frio e do calor no horizonte possível e necessário para um equilíbrio ecológico. A convivência com essas variações climáticas ensina aos Esquimós e aos Nuer que, para reverter seus efeitos negativos, a interação horizontal com a natureza é imprescindível para a sustentabilidade do grupo.

Embora essa interação não seja totalmente harmoniosa, e nem poderia sê-lo, já que se trata de fenômenos climáticos que trazem consigo algo inesperado e imponderável, pode-se notar, primeiramente nas sociedades esquimós, uma cosmogonia que salienta o papel preponderante e favorável que uma relação horizontal com a natureza pode lhes proporcionar. Nesse caso, as estações do ano orientam o agrupamento humano, a extensão, a forma da casa e a natureza das instituições, a partir da configuração do solo, sua riqueza mineral, a fauna e a flora presentes em cada uma delas.

Assim, no inverno e na primavera, eles possuem água livre para caçar as focas, vivem em casas coletivas (iglus), concentradas em assentamentos, com cultos religiosos coletivos que se desenrolam no kashim (casa de inverno, mas de maior tamanho, tem um fogo central, sem bancos e sem compartimentos, local público); no período quente e seco é o momento em que os esquimós caçam e pescam em água doce, habitam tendas (tupik) que abrigam uma só família e se encontram dispersos pelo seu território, com a existência de cultos privados e domésticos.

Os nuer, por sua vez, possuem uma economia mista baseada no pastoreio e na horticultura. Criam gado, “fazendo uso” da carne, do leite e do sangue como alimento; utilizam fezes como combustível e fertilizante; urina para coalhar o leite e cultivam sorgo, milho e feijão. A produção de alimentos, portanto, se ajusta a cada estação determinada pelo ciclo ecológico. Quando na estação da seca, os Nuer saem das aldeias e se reúnem em acampamentos localizados próximos a reservatórios de água como lagoas ou pequenos lagos perenes, que lhes garantem peixe e melhores condições para a criação do gado. Quando nas enchentes, migram para terrenos mais altos que suas terras, onde podem cultivar seus cereais e consumir carne. Nesse caso, o nomadismo Nuer varia de acordo com as condições climáticas e seu *habitat*.

Observa-se, portanto, como os autores procuram estabelecer uma relação entre organização socioeconômica, técnica e ecologia. Ou seja, para entender como vivem e como pensam os grupos humanos, é necessário compreender a relação que tecem com o seu ambiente, sobressaindo suas estruturas, conceitos e valores. Portanto, conclui-se que a cultura forjada por esses grupos não se opõe à natureza. Ao contrário, a natureza é discutida e vivenciada no caráter transitório que assumem suas instituições e sua vida social.

## NOTES ON THE ROLE OF SOCIAL SCIENCES FOR AN UNDERSTANDING OF ENVIRONMENTAL CRISIS

No caso do homem urbano, compreendê-lo em sua diversidade requer identificar como ele cria/recria e se relaciona com a sua natureza na constituição de suas identidades. Parcelas dos agrupamentos urbanos que reivindicam a supremacia e o domínio do homem sobre os fenômenos naturais experimentam-na na medida em que os efeitos dessa relação se acumulam e entram em cena outros atores que se posicionam criticamente, ocupando as fronteiras desse discurso dominante.

De fato, foi nas sociedades pós-coloniais, como Brasil e México, que se acirraram as contradições do projeto econômico pautado única e exclusivamente na exploração dos recursos naturais. Uma análise mais ingênua afirmaria que, no caso do Brasil, fomos todos ludibriados pelo discurso da abundância que funcionaria como motor da industrialização e do progresso. Mas, pensando sob o contexto das relações internacionais configuradas na polaridade norte-sul, vê-se que a exploração indiscriminada dos recursos naturais permitiu que as nações emergentes equilibrassem e alavancassem seu PIB sem necessariamente elevar os níveis de desenvolvimento e justiça social. Por outro lado, o avanço das reivindicações da sociedade civil organizada diante dos impasses em relação aos direitos e aos saberes das comunidades indígenas violados em nome do desenvolvimento a qualquer custo legítima as ações de ambientalistas e força o governo a rever sua legislação ambiental e seus projetos econômicos e políticos.

A imperativa valorização do saber das sociedades “tradicionais” trouxe à cena sua relação com o ambiente, antes ofuscada pela relação de poder e domínio que o Estado brasileiro e sua elite política e econômica estabeleciam com esse grupo minoritário. Essa relação ainda pautada por um colonialismo que reproduz internamente as relações coloniais que outrora legitimaram o genocídio de diversas etnias indígenas é questionada pelos próprios membros das sociedades “tradicionais” representantes da subalternidade insurgente. Ademais os movimentos ambientalistas que emergiram com mais veemência a partir da década de 1980 são tributários do momento intelectual e político pós-colonial que aqui na América Latina se traduz em afirmar a potência singular e imanente dos saberes e das vozes dos subalternos que cantam e encantam a natureza.

Para finalizar, arriscamos afirmar que o continente latino-americano vive um momento particular de sua história pós-colonial, haja vista que novas lutas se impõem contra os novos projetos de colonização empreendidos pelo capital especulativo nacional e internacional, que afetam particularmente a qualidade e sustentabilidade das sociedades locais ao tratar de forma perdulária os recursos naturais.

**Abstract:** The present article features a bibliographic discussion that intends to draw analytical contributions for the comprehension of the so-called environmental crisis. Discusses the relationship between this and the epistemological crisis, what points to the need of newborn concepts for the comprehension of social changes in the context of post-modernity. The social-environmental paradigm emerges, therefore, as an alternative to the technicist paradigm lined in the man  $\times$  nature opposition, emphasizing the environmental crisis as a crisis of some social order, unequal in politics and economy, exclusionary, antidemocratic that disrupts the Human Rights.

**Keywords:** *Environmental crisis. Modernity. Post-modernity. Social-ambiental paradigm.*

### REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e réplicas*. Tradução de Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Tradução de Annahid Burnnet. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa.

Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFF, Henrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luís Carlos Brandão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós: estudo de morfologia social. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOLLISON, Bill & HOLMGREN, David. *Permacultura um: uma agricultura permanente nas comunidades em geral*. Rio de Janeiro: Editora Ground, 1983.

REIS, Elisa Pereira. “Ciências Sociais e o Bug do Milênio”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, número 39, fevereiro de 1999, p. 5-11.

EDWARD, W. Said. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os desafios das Ciências Sociais hoje*. In: Encarte Clacso. Le Monde Diplomatique Edição Brasil, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Puede Hablar El subalterno? In: *Revista Colombiana de Antropología*. Volumen 39, enero-diciembre, 2003, PP. 297-364.

VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

*Recebido em 10/09/2012. Aprovado em 18/10/2012.*